

A articulação da nova direita no Brasil e seus impactos na educação pública

Resumo

Assentado em pesquisa bibliográfica, o referido artigo procura discutir a (re)articulação da ‘nova direita brasileira’ em determinadas frações de classe (conservadores, neoliberais autoritários e classe média empreendedora) e de como as mesmas disputam o fundo público, tensionando os processos formativos na Educação Pública em todos os seus níveis e modalidades de ensino, sobretudo aqueles identificados com o escopo teórico e ideológico dessas frações de classe.

Palavras-chave: Conservadores. Neoliberais autoritários e classe média empreendedora. Educação Pública. Processo formativo.

Jéferson Silveira Dantas

Bacharel Licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Brasil

jeferson.dantas@ufsc.br

Para citar este artigo:

DANTAS, Jéferson Silveira. A articulação da nova direita no Brasil e seus impactos na educação pública. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.45, p. 116 - 139, jan./abr. 2020.

DOI: 10.5965/1984724621452020116

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724621452020116>

The articulation of the new right in Brazil and its impacts on public education

Abstract

Based on bibliographic research, this article seeks to discuss the (re) articulation of the 'new Brazilian right' in certain class fractions (conservatives, authoritarian neoliberals and the entrepreneurial middle class) and how they compete for the public fund, tensioning formative processes in Public Education at all levels and teaching modalities, especially those identified with the theoretical and ideological scope of these fractions of class.

Keywords: Conservatives. Authoritarian neoliberals and entrepreneurial middle class. Public education. Formative process.

Considerações preliminares

As crises cíclicas do capital, especialmente após a década de 1970, e a ascensão de governos neoliberais no Chile, EUA e Reino Unido, ampliaram as práticas destrutivas do capital em escala planetária, especialmente com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da Guerra Fria (1947-1991). De fato, o desmoronamento da URSS e em consequência, do Leste Europeu, ao final dos anos 1980, teve impacto decisivo nos movimentos operários e em seus sindicatos (ANTUNES, 2000). Com isso, os partidos comunistas tradicionais também entraram em crise e houve uma *social-democratização* da esquerda, a expansão das ideias neoliberais e o declínio do *welfare state*.

Ainda nos termos de Antunes (2000), a cultura pós-moderna¹ que se seguiu nas décadas seguintes, representou a amálgama teórica de combate às propostas socialistas, impactando também processos de reorientação curricular na Educação Básica, haja vista que a reestruturação produtiva do capital exige igualmente uma escolarização e, portanto, um escopo teórico, que atenda os interesses da nova forma de acumulação (flexível) do capital. Nessa direção, atualmente o que temos é a expansão do setor de serviços e classes de trabalhadores diferenciados (qualificados e desqualificados, formais e informais, estáveis e precários etc.). Rompem-se os laços de pertencimento de classe e o tempo disponível fora do trabalho está intensamente contaminado pelo fetiche da mercadoria. Ser cidadão, hodiernamente, é ser tão somente consumidor. Mas nem todos têm trabalho e muito menos podem consumir no âmbito da sociabilidade capitalista, associada mais do que nunca à defesa da *meritocracia* e do *empreendedorismo*, numa crença quase litúrgica de que o esforço individual é capaz de vencer qualquer obstáculo.

¹ Segundo o geógrafo britânico David Harvey (2008, p. 319-320), a *condição pós-moderna* ou a *cultura pós-moderna* que se estabelece a partir da década de 1970 é também a crise das denominadas *novas esquerdas*: “[...] a nova esquerda perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação que estiveram na base da emergência de modos pós-modernos de pensamento. Insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica mesmo em última instância (para não falar de invocar teorias da circulação e da acumulação do capital ou de relações de classe necessárias na produção), ela foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neoconservadores, e que a forçavam a competir no mesmo terreno da produção de imagens, da estética e do poder ideológico quando os meios de comunicação estavam nas mãos dos seus oponentes”. Em suma, tendo como baliza analítica as interpretações de Harvey, a agenda das políticas identitárias enfraqueceu a luta de classes.

Em outras palavras, a *racionalidade neoliberal* estaria produzindo sujeitos preocupados com a maximização de seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteiramente a responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Por isso, Antunes (2000) reforça a importância da *centralidade do trabalho* e de como o capital vem se apropriando das forças produtivas, estabelecendo trabalhos parcializados (*part time*) e o *envolvimento manipulado* dos trabalhadores em equipes colaborativas (toyotismo). Se o capital também educa, nos termos gramscianos, podemos dizer que a racionalidade formativa do capital na atualidade exige trabalhadores conectados ao *savoir-faire* (saber-fazer), operando máquinas mais sofisticadas a partir de novas formas de interação entre o *trabalho vivo* e o *trabalho morto*. No que tange detidamente aos processos de reorientação curricular na Educação Básica no Brasil, onde se ensarta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os consequentes interesses privados para a sua implementação, a racionalidade neotecnicista acaba por se materializar na formulação teórica das pedagogias hegemônicas do capital, com principal destaque para a pedagogia das *competências e habilidades*.

Dantas (2009) evidenciou que a pedagogia das *competências e habilidades* vem desde a década de 1990 tensionando tais disputas nos campos do currículo e da avaliação escolar, tendo como marco inaugural o discurso da *qualidade total*, estreitamente vinculado à reestruturação produtiva do capital. Tais configurações pedagógicas ganharam terreno a partir do relatório apresentado pela UNESCO em 1996 e intitulado *Educação: um tesouro a descobrir*, coordenado por Jacques Delors. O documento defendia a ideia de que um conjunto de saberes era necessário para a adaptação funcional dos indivíduos num mundo cada vez mais incerto e competitivo. O darwinismo social que adentrava os anos 1990 estimulava a competitividade e a *flexibilização* – não por acaso uma terminologia muito utilizada no documento da BNCC e na contrarreforma do Ensino Médio – no mundo do trabalho e a pretensa derrubada de fronteiras geográficas e ideológicas. A capacidade de *adaptar-se* passou então a ser a palavra de ordem! Em síntese, saberes, habilidades e competências formariam a tríade do novo perfil docente nos anos 1990 (DANTAS, 2009, p. 86).

Além disso, a racionalidade do capital se diz atenta à importância dos vínculos afetivos com as famílias e à formação de *competências socioemocionais* desde tenra idade ou na ‘primeiríssima infância’ (SILVA, 2015, p. 55). Isso garantiria capitais humanos mais sólidos ou consistentes e economia com gastos em doenças evitáveis, evasão escolar e episódios de violência. O que pode aparentar um cuidado zeloso e imparcial em relação aos seres sociais em formação, oculta a necessidade de o capital tornar os indivíduos totalmente disponíveis para venderem a sua força de trabalho. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) corrobora esse ideário ao identificar que as *competências socioemocionais* poderiam evitar problemas de conduta, entendendo que responsabilidade, perseverança e confiabilidade são aspectos impulsionadores de sucesso na vida (SILVA, 2015, p. 63).

A racionalidade perversa da lógica do capital despreza que todas as mazelas sociais são de outra ordem e, portanto, não redutíveis a aspectos de ordem socioemocional. Como se não bastassem todas as ações estratégicas dos organismos internacionais multilaterais para alívio da pobreza nos países periféricos do capital, as *competências socioemocionais* vão se apresentando como novos argumentos cínicos, geradoras de uma ilusória igualdade de condições nos terrenos educativos, quando se sabe que as atrozidades desigualdades de ordem social/econômica reproduzem, em variados níveis, desigualdades escolares. Eis, então, mais uma das tantas estratégias do capital, que agora se direcionam à captura da subjetividade da classe trabalhadora para a produção de consensos ativos.

E como a *nova direita* no Brasil, ao se agregar em determinadas frações de classe, vem disputando o projeto educacional e o fundo público especialmente após a ascensão das choldras bolsonaristas? Para o cientista político Luis Felipe Miguel (2018, p. 17), a direita sempre esteve presente na política nacional, mas ao tratar de sua *reemergência*, procura entendê-la num cenário histórico em que o PT (Partido dos Trabalhadores), por meio da conciliação de classes, acabou *criando corvos* que levaram à derrubada de Dilma Rousseff em 2016. Miguel compreende que por mais que o PT em seus 14 anos de governo nunca tenha ameaçado o capital, com Dilma Rousseff os interesses privatistas se acirraram. A moderação petista acabou mobilizando

[...] anticomunistas renitentes, nostálgicos da ditadura militar, alguns fundamentalistas religiosos e uns poucos liberais econômicos extremistas, cuja defesa de um Estado ultramínimo os fazia recusar, por princípio, qualquer forma de política social e para quem o petismo, por mais moderado que fosse, continuava perigosamente intervencionista. (MIGUEL, 2018, p. 18).

Nessa direção, Miguel identifica os três grupos da extrema-direita brasileira que hoje se abrigam no governo Bolsonaro: 1) libertarianistas; 2) fundamentalistas religiosos; 3) anticomunistas. O primeiro grupo (**libertarianistas**) descende da chamada *escola austríaca* e é bastante influente nos meios acadêmicos dos EUA. É alcunhada de ultraliberal e tem “ojeriza por qualquer laço de solidariedade social. Para liberais de feição mais canônica, não seria uma doutrina liberal e sim neofeudal” (MIGUEL, 2018, p. 19), na qual, então, se adensa a “separação entre política e economia (...). Estado, esquerda, coerção e igualdade compõem um universo de sentido, enquanto liberdade, mercado e direita formam outro” (MIGUEL, 2018, p. 19). Seus principais aliados são os cristãos fundamentalistas, que defendem os princípios da família tradicional e patriarcal; o segundo grupo (**fundamentalistas religiosos**)² tornou-se uma “força política no Brasil a partir dos anos 1990, com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores” (MIGUEL, 2018, p. 20-21). Além disso,

² Segundo a jornalista Andrea Dip (2018, p. 53), em sua investigação sobre a ascensão das religiões neopentecostais no Brasil, o binômio política/religião se tornou uma mistura explosiva num país em que quem tem definido as regras do jogo político são as bancadas da **Bíblia**, do **Agronegócio** e das **Armas** no Congresso Nacional. A bancada da Bíblia se orgulha, portanto, de sua ignorância; polemizam e provocam especialmente partidários e simpatizantes da esquerda. Não têm medo de serem punidos. Estão do lado das ‘pessoas de bem’. As igrejas pentecostais estariam mais próximas da cultura do espetáculo e seriam menos litúrgicas; no que tange às igrejas neopentecostais, como a IURD, Renascer em Cristo, Bola de Neve, etc., as mesmas representam a ‘terceira onda do evangelismo’, com ênfase na guerra contra o diabo e seus representantes na Terra, além de difundirem a *Teologia da Prosperidade* e o abandono dos tradicionais usos e costumes puritanos da santidade. Em outras palavras, a *Teologia da Prosperidade* é uma reatualização dos estudos weberianos. Tais igrejas detêm 1/3 das concessões de televisão no Brasil. Uma verdadeira farra de concessões sem qualquer regularização.

O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate [...]. O controle de emissoras de rádio e televisão completa o quadro. Os líderes religiosos desempenham o papel de novos coronéis da política brasileira. [...]. A ênfase na ‘agenda moral’ conservadora [aparece] como caminho para que a direita [reconquiste] ao menos parte da base social que perdera com as políticas de combate à miséria associadas ao PT. (MIGUEL, 2018, p. 21).

O último grupo (**anticomunistas**) identifica-se com o antibolivarianismo venezuelano, mas também são férteis em alucinações, o que significa dizer que têm

[...] uma leitura fantasiosa da obra de Antonio Gramsci e [que] recebe o nome de ‘marxismo cultural’ [...], uma estratégia maquiavélica simplória com o objetivo de solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade, por meio da manipulação das mentes. Gramsci é apresentado como alguém que bolou um ‘plano infalível’ para a vitória do comunismo [...]. Daí deriva que, na interpretação difundida por uma das referências intelectuais da direita brasileira, o filósofo e astrólogo Olavo de Carvalho, a estratégia gramsciana é ‘apagar da mentalidade popular, e, sobretudo do fundo inconsciente do senso comum, toda a herança moral e cultural da humanidade’. (MIGUEL, 2018, p. 22).

Além disso, Miguel também aponta o apoio da denominada *classe média* aos três grupos ou às três frações de classe anteriormente citadas, tendo em vista que

A democratização do acesso ao ensino superior, que os governos do PT promoveram por meio da expansão da rede de universidades federais, da implantação de cotas sociais e raciais para o ingresso nelas e também por uma enorme ampliação do crédito para estudantes de faculdades privadas, impactou negativamente a classe média. Uma das vantagens comparativas que ela imaginava legar para os seus filhos – o ‘diploma’ – corria o risco de deixar de ser tão exclusiva. A má vontade da classe média foi canalizada, em primeiro lugar, para a repulsa à corrupção. [...]. Mas a narrativa da *decadência moral* [grifos no original], por relevante que seja, não explica o desdobramento, que é a singularização do PT como único responsável pelos desvios éticos na política brasileira. Formase um nexo importante entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe. (MIGUEL, 2018, p. 24-25).

Ainda que as denominações dadas por Miguel a essas alianças de classe (libertarianistas, fundamentalistas religiosos e anticomunistas) tenham coerência teórica e histórica, para as pretensões desse artigo utilizaremos classificações mais próximas às utilizadas por Michael Apple (2002a) e Luiz Carlos de Freitas (2018)³, quais sejam: 1) **conservadores**; 2) **neoliberais autoritários**; 3) **classe média empreendedora**. É o que passaremos a discutir na próxima seção do artigo.

A reorientação formativa na educação pública brasileira na perspectiva da nova direita

Embora entendamos que generalizações ou simplificações analíticas possam levar a equívocos, especialmente em contextos espaciais e temporais diferenciados, as pesquisas do sociólogo Michael Apple conduzem-nos a interpretações semelhantes no Brasil atual. Apple (2002a), ao identificar em um de seus estudos determinadas alianças sociais e econômicas que estariam ameaçando situações de igualdade nos territórios educativos, escamoteadas sob o cariz do discurso da melhoria da competitividade e do aumento dos postos de trabalho, vaticinou as quatro frações de classe presentes nos EUA: 1) **neoliberais**; 2) **neoconservadores**; 3) **populistas autoritários** e 4) **classe média profissional**.

Para o primeiro grupo (**neoliberais**), as escolas públicas são vistas como *buracos negros*, sem resultados adequados; os estudantes são encarados somente como capital humano, e qualquer investimento que não seja o estritamente econômico é compreendido como *suspeito*; os **neoconservadores** entendem que não é o mercado que resolverá os problemas do currículo escolar, mas um Estado intervencionista que garantirá apenas os conteúdos e métodos *legítimos* a serem ensinados e utilizados, além da defesa de um determinismo genético ou racial na capacidade de aprendizagem dos/as

³ Para Freitas (2018, p. 909), “[...] a coalizão que foi vitoriosa nas eleições de 2018, liderada por Bolsonaro, é novamente uma combinação de duas filosofias sociais: conservadorismo e liberalismo. Conservadores podem ser autoritários quanto à forma de governo, mas os liberais têm se caracterizado, em tese, pela defesa da democracia liberal. A surpresa é que nesta nova fase que se abre com Bolsonaro, os liberais também se apresentam com uma face autoritária. Temos, agora, uma coalizão de conservadores e liberais que se unem em uma forma autoritária de governar [...]”

estudantes; o **populismo autoritário**, assentado na direita cristã, entende que as questões de gênero e a ideia de família são unidades divinas e orgânicas, que resolvem por si só, sem mediações históricas, o *egoísmo masculino* e o *altruísmo feminino*; por fim, a chamada **classe média profissional** estaria preocupada tão somente com os resultados acadêmicos nas disciplinas tradicionais e no ensino prático tradicional, sendo suscetíveis a uma ordem discursiva aparentemente inclusiva, mas que oculta opressões, preconceitos e estereótipos.

Michael Apple vem, desde a década de 1970, denunciando a presença de tais frações de classe na disputa pela Educação pública (e pelo fundo público) nos EUA, especialmente no que concerne à “integração de sistemas de gerenciamento de currículos reducionistas de base comportamental e procedimentos pré-especificados de ensino e de respostas dos alunos, [...], levando a uma separação entre concepção e execução [do trabalho docente]” (APPLE, 1987, p. 5). Todavia, para não haver enganos, as alianças de classe (social e econômica) apontadas acima por Apple não apresentam fronteiras tão rígidas, i.e., neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários e a classe média profissional se assemelham em muitos aspectos, diferenciando-se mais pelas pautas morais do que pelas pautas econômicas.

O primeiro grupo que analisaremos aqui (**conservadores**), buscando as especificidades do Brasil na atual conjuntura de emergência da *nova direita*, se aproxima do que Apple denomina de neoconservadores e populistas autoritários. No Brasil, tal fração de classe se coliga com os fundamentalistas religiosos e movimentos de ultradireita. Historicamente, Michael Löwy entende que

[...] o Brasil está longe de ser uma democracia racial, e um racismo difuso está bastante presente na sociedade. Porém, um partido brasileiro que tentasse fazer do racismo seu programa principal nunca teria 25% dos votos como na França. O tema da luta contra a corrupção não é específico da extrema-direita, mas tem sido demagogicamente manipulado, com certo sucesso, por setores conservadores, na Europa e, sobretudo, no Brasil. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares. [...]. O elemento mais preocupante da extrema-direita

conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista. (LÖWY, 2015, p. 662-663).

Löwy aponta bem essa interlocução entre grupos ou frações de classe ultradireitistas no Brasil com a mídia hegemônica tradicional, conivente e ativamente articulada no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. Não por acaso, tais movimentos ultraconservadores se fortaleceram após o golpe midiático-jurídico-parlamentar no Brasil, tais como o *Escola sem Partido*, que não tinha qualquer representatividade desde a sua criação em 2004, mas que em 2014 ganhou um espaço relevante e preocupante no meio educacional utilizando-se da máxima de que as escolas brasileiras estavam tomadas de doutrinadores ideológicos:

O ESP foi criado em 2004 pelo advogado e Procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib [...]. O ESP ao defender a neutralidade ideológica nas escolas de Educação Básica almeja ‘enquadrar’ os professores com as crenças dos pais dos estudantes, o que compromete a diversidade cultural nos espaços educativos. Em outros termos, o ESP defende a homogeneidade ideológica e étnica, tendo como referência determinadas escolas privadas de classe média, tratando os estudantes como uma tábula rasa, subestimando a capacidade dos estudantes em pensarem por conta própria, a partir de suas experiências/ vivências na escola, no bairro, na família e lugares de socialização/lazer. Para o ESP as causas dos problemas doutrinários na Educação Básica brasileira seriam os cursos de formação de professores, especialmente os Cursos de Graduação em Pedagogia. Além disso, ao ignorar as discussões sobre gênero como categorias teóricas, explorando a ideia da *ideologia de gênero* [grifos meus], o ESP cultiva medos difusos de que as crianças aprenderiam a ser gays e lésbicas em sala de aula e que os professores estariam tentando destruir a família tradicional. (DANTAS, 2019a, p. 109).

Além disso, o ESP

[...] não defende qualquer valor democrático. É, essencialmente, autoritário e persecutório. Promove e procura instaurar a censura e a

cultura da delação garantida em lei, onde estudantes se tornam acusadores e algozes dos professores, que correm sérios riscos de serem criminalizados por exercerem o ofício de ensinar. (DANTAS, 2019a, p. 116-117).

Segundo Vera Masagão Ribeiro (2016, p. 5-6), o ESP alinhou-se a outras organizações de direita, como o *Movimento Brasil Livre* e o *Revoltados Online* defendendo nas ruas e redes sociais o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. As consequências desse ideário ultraconservador para o currículo escolarizado são trágicas e foram antecipadas e/ou desveladas por Apple na década de 1980:

[...] Ao definir o conhecimento de certos grupos como legítimos para a produção e/ou a distribuição, enquanto o conhecimento e as tradições de outros grupos são consideradas inapropriadas como conhecimento escolar, as escolas ajudam não somente na produção de conhecimento técnico-administrativo útil, mas também na produção de formas culturais e ideológicas dos grupos dominantes. (APPLE, 1986, p. 22).

Além disso, os fundamentalistas religiosos exploram a ideia de que as escolas públicas estariam defendendo a *ideologia de gênero*. Ora, não existe *ideologia de gênero*, já que essa é uma ideia deturpada dos estudos teóricos de gênero que vêm ocorrendo no Brasil e em diversas partes do mundo há algumas décadas. Para corroborar essa discussão, a expressão *gênero* foi retirada da proposta curricular de Santa Catarina⁴, um dos estados mais conservadores do Brasil e que votou, maciçamente, no capitão reformado do exército para presidente da República. O *lobby* dos fundamentalistas religiosos e o saudosismo auriverde por parte dos simpatizantes bolsonaristas complementam-se de forma harmoniosa. Não por acaso, o governo Bolsonaro vem

⁴ “A Secretaria de Estado da Educação marcou para [o dia 6 de setembro de 2019] uma reunião para rediscutir o Currículo Base de Educação Infantil e Fundamental do Território Catarinense. O documento passou a ser alvo de uma polêmica na semana passada, depois que **deputados estaduais pediram a retirada de termos ligados à identidade de gênero e diversidade no texto-base**, que busca basear as atividades educacionais em instituições de ensino de Santa Catarina. Na ocasião, o governador Carlos Moisés [PSL] afirmou que **o Estado “não permitiria a abordagem”** dos temas de diversidade e gênero e pediu ao secretário de Educação, Natalino Uggioni, a alteração do Currículo Base. [...]. Após a revisão, o currículo base volta[rá] para o governo, para ser homologado pelo governador Moisés” (LAURINDO, 2019, grifos do autor).

defendendo a ideia da criação de escolas cívico-militares, onde os valores tradicionais da família estariam plenamente preservados.

Mas, para além da pauta moralista, os **neoliberais autoritários** estão mais preocupados com novas e perversas formas de extração da mais-valia, o que prescinde, inclusive, de quaisquer princípios democráticos. Há duas décadas, o historiador britânico Eric Hobsbawm tratou com autoridade sobre a falência da democracia liberal. Para o historiador,

Não existe conexão lógica ou necessária entre os diversos componentes do conjunto que compõe o que chamamos de ‘democracia liberal’. Estados não democráticos podem ser erguidos sobre o princípio do ‘Rechtstaat’ ou domínio da lei, como sem dúvida o eram a Prússia e a Alemanha imperial. [...]. Nem a Coréia do Sul nem o Chile nos anos [19]70 e [19]80 apontam para qualquer ligação orgânica entre capitalismo e democracia. (HOBSBAWM, 2001, p. 5).

E, diante da *soberania do mercado*, Hobsbawm assinala também como os aparelhos privados de hegemonia se beneficiam de momentos ou de circunstâncias históricas favoráveis para o acúmulo do capital:

Agências dos correios, prisões, escolas, companhias de abastecimento de água e até mesmo serviços de seguridade social foram passados para empresas comerciais ou transformados nelas, e os funcionários públicos foram transferidos para organismos independentes ou substituídos por empreiteiros terceirizados comerciais. Mesmo algumas partes da seguridade social foram terceirizadas. O ‘modus operandi’ da empresa privada que maximiza os lucros se tornou o modelo almejado até pelo governo. Assim, o Estado tende a depender de mecanismos econômicos privados para tomar o lugar da mobilização ativa e passiva de seus cidadãos. A soberania do mercado não é complemento da democracia liberal, é uma alternativa a ela. De fato, é uma alternativa a todo tipo de política, na medida em que nega a necessidade de serem tomadas decisões *políticas* [grifos no original], que são precisamente as decisões a respeito de interesses comuns ou de grupos, contrapostas à soma de opções, racionais ou não, de indivíduos que se norteiam por suas preferências particulares. A participação no mercado substitui a participação na política. O consumidor toma o lugar do cidadão. (HOBSBAWM, 2001, p. 6).

Concordando com Hobsbawm (2001, p. 7), diante de concepções neoliberais de cariz autoritário nos dias de hoje, o poder público, ou melhor, o Estado neoliberal não necessita mais tomar decisões políticas, mas apenas decisões de caráter técnico. Já, para o economista Alfredo Saad Filho, o neoliberalismo de face autoritária é prejudicial à população mais fragilizada, socialmente, porque concentra fortemente a renda. Tendo à testa no Ministério da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, o economista demonstra que só por milagre a população brasileira vai melhorar de vida com a atual política econômica:

Desde a crise financeira global de 2008, a economia mundial anda com roda presa. De 2009 a 2011, cresceu 2,8% em média, conforme o Fundo Monetário Internacional (FMI). De 2012 a 2016, 3,4%. Em 2017, 3,8%. Em 2018, 3,6%. Para 2019, o FMI projeta 3,2%. O avanço modesto não significa que todo mundo esteja infeliz. Os 10% mais ricos, comenta Saad Filho, embolsaram toda expansão econômica nos Estados Unidos entre 2009 e 2013. Os outros 90% andaram para trás. O resultado é concentração de renda. (SAAD FILHO 2018 *apud* BARROCAL, 2019).

E, diante da crise sistêmica do capital, Saad Filho analisa, historicamente, que

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o sistema financeiro mordida 10% dos lucros nos EUA, diz o economista. Em 2002, 41%. Essa fatia caiu após a crise global de 2008, pois os bancos abusaram da criatividade ao buscar ganhos, mas em 2009 já voltava a 30%. ‘O capital financeiro não produz nada, caça o lucro dos outros setores’, afirma Saad Filho. Ele chama de ‘transição’ a primeira fase da era neoliberal. Começa no Chile com a ditadura de Augusto Pinochet, ídolo de Bolsonaro, e uma política econômica comandada por *Chicago Boys* neoliberais como Paulo Guedes. Margareth Thatcher, primeira-ministra britânica a partir de 1979, e Ronald Reagan, eleito presidente do EUA em 1980, deram impulso global ao experimento chileno. A segunda fase é a de um neoliberalismo ‘maduro’. Inicia-se nos anos 1990, com governos, caso do brasileiro Fernando Henrique Cardoso, dispostos a moderar os efeitos sociais negativos da implantação selvagem do neoliberalismo, mas sem abandoná-lo. E não só praticam o neoliberalismo, como ajudam a difundir-lo como ideologia. ‘Uma ideologia que valoriza o consumo acima de tudo, que coloca o mérito do sucesso e o peso do fracasso estritamente em cima do

indivíduo’, diz Saad Filho. ‘As falhas sistêmicas do neoliberalismo somem de vista, vira tudo problema de maus indivíduos’. Se a população vive mal, ou o cidadão não tem capacidade ou os políticos são corruptos. O sistema econômico é inocente. (SAAD FILHO 2018 *apud* BARROCAL, 2019).

As considerações acima são pertinentes para que compreendamos como essas frações de classe se convergem em tal contexto histórico (conservadores, neoliberais autoritários e classe média empreendedora), colocando em xeque, inclusive, os valores da *nova esquerda* e o distanciamento epistemológico da *centralidade do trabalho*: “Para o economista, a esquerda está presa numa ‘armadilha’, herança da luta por direitos civis (casamento gay, aborto, igualdade racial) surgida nos anos 1960 nos EUA. “[...] ‘o individualismo extremo converge com a extrema-direita” (SAAD FILHO 2018 *apud* BARROCAL, 2019).

No que tange, especialmente, à pauta educacional, a disputa pelo fundo público por parte dos reformadores empresariais da educação vem se agudizando nos últimos anos de tal forma, que há uma verdadeira interdição do debate público sobre os caminhos da Educação Básica e do Ensino Superior no Brasil que tenham como interlocutores fundamentais os sindicatos, escolas e universidades públicas. Os privatistas é que são os interlocutores privilegiados a partir de agora; são eles os formuladores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); são esses reformadores empresariais pinçados dos aparelhos privados de hegemonia que se apresentam como os *experts* das políticas públicas educacionais. Contudo, a gênese dos reformadores empresariais da educação (*corporate reformers*) está fincada nos EUA, uma “coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para ‘consertar’ a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais.” (FREITAS 2012, p.380). Tal como nos EUA, os grupos empresariais brasileiros lidam com a ideia de que há uma crise generalizada na educação pública; de que os recursos investidos são mal aplicados; que a má gestão do fundo público necessita do *know how* do setor privado, acostumado a gerir recursos de maneira mais racional, pragmática e sem desperdícios. No Brasil, segundo Freitas

[...] movimento semelhante tem coordenado a ação dos empresários no campo da educação e é conhecido como *Todos pela Educação* [grifos no original]. O presidente do Conselho de Governança deste movimento é o megaempresário Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, que também [foi] assessor da presidenta Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo. [...]. Mais recentemente, entidades empresariais e associadas na América Latina, em 11 países, passaram a compor uma frente no continente em prol destas ideias. Uma rede de institutos e fundações privadas se desenvolve no país, apoiando experiências e iniciativas coerentes com esta plataforma. (FREITAS, 2012, p. 381-382).

A ênfase na boa gestão, na tecnologia e na flexibilização do currículo escolarizado, não por acaso, são temas presentes e recorrentes no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Criam-se, por parte dos reformadores empresariais da educação, teorias de responsabilização de cunho gerencial-meritocrático⁵, objetivando expectativas de aprendizagem condizentes com as avaliações em larga escala e bônus por desempenho docente, que Freitas denomina de *neotecnicismo* (FREITAS, 2012, p. 383). Logo, o *neotecnicismo* se pauta em três aspectos fundantes: 1) **responsabilização**; 2) **meritocracia**; 3) **privatização**.

À guisa de conclusão, Freitas assevera o cinismo proveniente dos reformadores empresariais da educação:

O argumento central e oportunista dos defensores desta estratégia [privatista] desresponsabiliza o Estado pela educação pública. [...] Mas, como é obvio, é a escola pública aberta a todos que tem que ter qualidade e, portanto, é nela que devem ser feitos investimentos para sua melhoria. Transferir recursos para a iniciativa privada só piora as escolas públicas. [...] A rede privada clássica continuará a receber os melhores alunos com melhores níveis socioeconômicos e não é para lá que os alunos das escolas públicas migrarão. Este argumento também esconde o fato de que é responsabilidade do Estado garantir boa educação para todos. Portanto, a tese dos reformadores empresariais,

⁵ Para Michael Apple (2015, p. 628), o “gerencialismo é amplamente responsabilizado por realizar a transformação cultural que muda identidades profissionais, a fim de torná-las mais adequadas às exigências do cliente e do galgamento externo [...]. Ele aproveita a energia e desencoraja a dissidência”.

neste ponto, termina desresponsabilizando o Estado quando convém – ou seja, quando está em jogo, por um lado, o faturamento das corporações educacionais e, por outro, o controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado, estreitando as finalidades educativas. É fundamental nos contrapormos à hipocrisia que prega ser possível estarmos ‘todos juntos pela educação’, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. (FREITAS, 2012, p. 386-387).

Coadunado ao que Freitas discute e problematiza, Michael Apple (2015) assinala que a racionalidade privatista ganhou muito terreno nas últimas décadas, por meio do consenso ativo dos educadores, por exemplo. Para Apple (2015, p. 610), a *democracia magra* tem vencido a *democracia espessa* por meio da *modernização conservadora*, que nada mais é do que “a combinação entre o ‘novo’ do mercado, a *accountability* (aceitação de assumir responsabilidade plena por decisões tomadas) e a eficiência junto com o ‘velho’ da cultura e disciplina tradicionais”. Além disso, e já nos dirigindo à terceira e última fração de classe de nossa análise (**classe média empreendedora**), Apple compreende que as famílias de classe média

[...] são claramente [as] mais favorecid[a]s neste tipo de montagem cultural, e não apenas, como vimos, porque as escolas os procuram. Pais de classe média vêm tornando-se bastante hábeis, em geral, na exploração de mecanismos de mercado na educação e em mirar nesses mecanismos seu capital social, econômico e cultural. [...]. O capital econômico e social pode ser convertido em capital cultural de várias maneiras. Nos planos mercantilizados, os pais mais capitalizados, muitas vezes, têm horários mais flexíveis e podem visitar escolas um número elevado de vezes. Eles têm carros – muitas vezes, mais do que um – e têm condições financeiras de levar os seus filhos para o outro lado da cidade, para frequentar aula num colégio ‘melhor’. Eles podem também fornecer recursos culturais ocultos, tais como acampamentos e programas após as aulas (dança, música, aulas de informática, etc.) que dão a seus filhos uma ‘facilidade’, um ‘estilo’, que parece ‘natural’ e que age como um conjunto de recursos culturais. Seu estoque anterior do capital social e cultural – quem eles conhecem, o ‘conforto’ em encontros sociais com autoridades educacionais – é um armazém invisível, mas poderoso de recursos. Assim, os pais mais capitalizados são mais propensos a ter o conhecimento informal e a habilidade [...] para serem

capazes de decodificar e utilizar formas mercantilizadas em seu próprio benefício. (APPLE, 2015, p. 618-619).

Primeiramente, faz-se importante destacar o porquê de complementarmos a expressão *classe média* com a expressão *empreendedora*, diferentemente da nomenclatura adotada por Apple (*classe média profissional*). No Brasil – e não só – o empreendedorismo se coaduna com os valores da sociabilidade neoliberal, quais sejam: meritocracia, privatização e padrões de consumo. Por isso, importante não generalizarmos a denominada classe média brasileira em sua totalidade com os valores empreendedores. E, mais do que isso, não estamos sugerindo ou afirmando de maneira ingênua ou categórica que há uma *nova classe média* emergente com características tão específicas que a faz se descolar da classe trabalhadora, ou seja, da classe que vende a sua força de trabalho para a classe proprietária. Aliás, como mencionado no início deste artigo, trazer à baila a discussão sobre a centralidade do trabalho e da luta de classes se mostra cada vez mais elementar depois de um período em que as pautas identitárias (discussões sobre gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade), por mais relevantes que sejam, hipertrofiaram-se e fragmentaram as forças sociais em luta. Ora,

[...] parece pertinente pensar que a utilização descontextualizada do termo **classe média** [grifos meus], em substituição do termo **classe trabalhadora** [grifos meus], também serviria para incutir no ânimo dos trabalhadores a ideia de que seu vínculo unitivo não é o trabalho, mas sim o seu ‘novo padrão’ de consumo e o correspondente nível de rendimento, descolado da sua origem: a alienação da força de trabalho pelo capital. Por extensão, tudo isto implica a individualização e destruição das solidariedades de classe e das capacidades de (re)ação coletiva. (CASTRO, 2014, p. 717).

A amplitude de empreendedores abrigados na classe média, por outro lado, demonstra o quanto são contraditórias e ilusórias as convicções no livre mercado, potencializadas pela ideia de que todos são empreendedores de si mesmos. A fabricação do *sujeito neoliberal*, nos termos de Dardot e Laval (2016), em que os empreendedores se encaixam são mais afeitos à competitividade, ao risco e à busca da eficácia. O discurso

gerencial ganha muita importância em tal racionalidade, já que agora este novo sujeito é visto como proprietário de capital humano, que ele precisa acumular por meio de um cálculo responsável entre custos e benefícios. Em outras palavras, a distribuição dos recursos econômicos e das posições sociais é vista exclusivamente como consequência de percursos bem ou mal sucedidos, diferenciando os *riscófilos* (os que têm gosto pelo risco e potenciais empreendedores) dos *riscófobos* (os que têm medo de arriscar, mais afeitos aos ofícios tradicionais). Os *gestores do risco* seriam mais adaptáveis e suscetíveis à intensificação do desempenho. Não por acaso a figura do *coaching* é tão difundida, hodiernamente.

Dardot e Laval (2016) nos fazem pensar sobre o significado da *neogestão*, calcada no controle dos comportamentos e atitudes dos trabalhadores, que diante do enfraquecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais, isolam-se e internalizam fracassos. Tal discurso da *realização de si mesmo* e de *sucesso na vida* leva a uma estigmatização dos *perdedores*, *perdidos*, isto é, dos incapazes de se adaptarem à nova norma social de felicidade. O fracasso social é visto, em última instância, como uma patologia; parece ser inútil lamentar a crise das instituições (família, escola, universidade, organizações sindicais) e tentar compreender como todas essas instituições são hoje incorporadas e transformadas em dispositivos de desempenho/eficácia em nome da modernização. *Modernização conservadora*, conforme estudos apresentados por Apple (2015).

Logo, as frações de classe aqui discutidas e apresentadas, ainda que possamos discordar dessa classificação ou exposição didática, representam na atual conjuntura histórica os segmentos sociais que estão disputando o fundo público. Nos EUA, o bloco hegemônico ou a aliança representada pelos neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a classe média profissional, como bem nos aponta Michael Apple (2002b, p. 81), “[...] só funciona porque se tem vindo a verificar uma articulação de temas muito criativa que faz eco das experiências, dos medos, das esperanças e dos sonhos das pessoas nas suas vidas cotidianas”. Os populistas autoritários, e.g., “[...] aprenderam de forma criativa, a utilizar os códigos dos romances de aventuras e ficção científica para

construir um imaginativo espaço de possibilidades e um cristianismo imaculado, [...], que dá sentido [...] às expectativas das pessoas (APPLE, 2002b, p. 82). Por fim,

[...] o neoliberalismo cria políticas e práticas que encarnam o empreendedor estrategista na base do individualismo possessivo que concebe para o cidadão ideal. O neoconservadorismo cria passados idealizados como alicerce para futuros idealizados e imutáveis, futuros esses em que as identidades se sustentam no fato de as pessoas dominarem os saberes e os valores que os próprios neoconservadores consideram ter ‘resistido à passagem do tempo’. Os conservadores religiosos populistas e autoritários também apresentam um passado idealizado em que a sociedade – fundamentada no saber e nos valores de Deus – assume identidades pré-dadas que permitem às pessoas rearticular a ideologia neoliberal da ‘escolha’ e agir de acordo com o que se avalia ser a maneira correta de levar a sociedade até Deus. Além do mais, as teorias de gestão criaram novas identidades para os membros da classe média profissional e empresarial, identidades essas que conferem um novo sentido às suas vidas e lhes permitem recuperar a ideia de que são merecedoras e eficientes. (APPLE, 2002b, p. 83).

A racionalidade neoliberal/conservadora/empreendedora está presente nos documentos curriculares, com especial destaque para a BNCC, já que é um projeto dos reformadores empresariais da educação e não da sociedade brasileira. A lógica privatista e ultraliberal com a ascensão de Bolsonaro ao governo federal tem nos colocado enormes desafios. O desmonte e o sucateamento da educação pública e dos serviços públicos como um todo tem sido o exercício (sádico) diário de poder dos ministérios bolsonaristas. Mais do que reconhecer as frações de classe que disputam o fundo público e criminalizam as lutas da classe trabalhadora, urge como agenda histórica a resistência organizada e propositiva (FREITAS, 2018), pois sem ela as contradições não poderão ser conhecidas. E somente as contradições sociais possibilitam a efetivação das lutas! (DANTAS, 2019b).

Considerações finais

O historiador britânico Edward Palmer Thompson (2004, p. 10-11) nos alerta que *classe é uma relação e não uma coisa* e que a *experiência* de classe é determinada pelas relações sociais de produção, ou seja:

[...] Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens [e mulheres] durante um período adequado de mudanças sociais observaremos padrões em suas relações, suas ideias e substituições. A classe é definida pelos homens [e mulheres] enquanto vivem sua própria história e, afinal, esta é sua única definição. (THOMPSON, 2004, p. 11-12).

Além disso, o historiador britânico entende que se não houver rigor teórico-metodológico ou a vigilância epistemológica a partir do campo das ciências sociais não será possível analisar profundamente determinados fenômenos históricos. As crises cíclicas do capital não representam fenômenos isolados e nem podem ser interpretadas apenas a partir de sua aparência:

Quando encontramos alguma frase sonora como ‘os fortes fluxos e refluxos do ciclo econômico’, temos que nos manter precavidos, pois, por trás desse ciclo, existe uma estrutura de relações sociais que fomenta certas formas de expropriação (renda, interesse e lucro) e descarta outros (roubo), legitimando certas espécies de conflito (competição, guerras) e inibindo outras (sindicalismo, motins reivindicando pão, organização política popular) – uma estrutura que pode parecer, simultaneamente, bárbara e efêmera para um observador do futuro. (THOMPSON, 2002, p. 30-31).

Ainda que Thompson se refira à experiência da classe operária inglesa no final do século XVIII, não há como negar quantos ensinamentos podemos retirar daquela conjuntura histórica para os tempos coevos. Assim como Thompson, Apple (1986) também compreende os fenômenos históricos de forma relacional e isso significa ter

clareza analítica assentada em fontes e evidências de que a *centralidade do trabalho* e a *luta de classes* continuam mais vívidas do que nunca.

Não por acaso, Ricardo Antunes afirma que o empreendedorismo é um mito num país incapaz de criar trabalho formal:

Nós sempre recusamos a ideia de que a classe trabalhadora está desaparecendo. Há um processo muito profundo de mutações, claro, desaparecimento de vários ramos e setores. Mas há, ao mesmo tempo, uma expansão trágica de um mosaico de trabalhos: os intermitentes, os flexíveis, os temporários, os informais, que hoje se expandem nos serviços. Na China, nas últimas décadas, nós tivemos uma enorme expansão do proletariado industrial, além de serviços, que decorre da retração dos trabalhadores rurais no país. Ao mesmo tempo, na Índia e em outros países asiáticos, nós temos uma enorme expansão do trabalho industrial. Na Europa e nos EUA, há expansão do setor de serviços. E essa expansão se deu paralelamente a uma retração muito grande, não só do trabalho rural, mas do industrial. Isso permitiu que muitos falassem, equivocadamente, em ‘fim do trabalho’. (MARCHESAN, 2019).

O empresariamento da vida ou o ‘empreender-se a si mesmo’, para Antunes, ocorre por uma conjugação de fatores que favorece a racionalidade privatista. Assim, o misticismo falacioso atinente à lógica empreendedora está de algum modo, presente nos documentos curriculares, sobretudo na BNCC. Não obstante, a formulação teórica de documentos como a BNCC está mais preocupada com a adaptação funcional do que com a transformação da sociabilidade capitalista, já que se trata de um projeto dos reformadores empresariais da educação. Além disso, sabe-se que muitos grupos privados adentram as escolas públicas com propostas pedagógicas e didáticas, por meio de sistemas privados de ensino (apostilamentos) que controlam o trabalho docente à revelia do que é discutido nos projetos políticos e pedagógicos das unidades de ensino públicas.

Depreende-se de tudo que foi discutido aqui que o combate à lógica privatista em escolas e universidades públicas é uma bandeira de luta fundamental nestes tempos em que se encontram numa democracia aprisionada (FREITAS, 2018). O nosso esforço analítico foi o de demonstrar que essas frações de classe (conservadores, neoliberais

autoritários e classe média empreendedora) não medem esforços em disputar o fundo público e ampliar a sua lucratividade (extração da mais-valia).

Logo, reconhecer tais disputas e mobilizar a classe trabalhadora em defesa dos serviços públicos em que escolas e universidades se engranzam, configura-se na atual conjuntura, marcada por medidas de exceção do governo federal, algo essencial. Talvez não seja exagero afirmarmos que as medidas bolsonaristas no campo social são ações de lesa-pátria, pois colocam em risco a soberania nacional e o futuro das pesquisas científicas, já que os cortes orçamentários na Educação Básica e no Ensino Superior imprimem nefandas interdições nos processos formativos discentes, desqualificando professores e professoras, já que estes últimos são desvalorizados, socialmente. A defesa da educação pública, laica e referendada pela sociedade brasileira nunca foi tão primordial nestes tempos em que os processos civilizatórios são postos em xeque e a barbárie avança a largos passos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

APPLE, Michael W. Vendo a educação de forma relacional: classe e cultura na sociologia do conhecimento escolar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n.1, p. 20-34, jan./jul. 1986.

APPLE, Michael W. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 6, p. 3-14, fev. 1987.

APPLE, Michael W. “Endireitar” a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 50-59, jan./jun. 2002a.

APPLE, Michael W. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem fronteiras**, v.2, n.1, p.80-98, jan./jun. 2002b.

APPLE, Michael W. Produzindo diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política da reforma educacional. **Linhas críticas**, Brasília, n. 46, p. 606-644, set./dez. 2015.

BARROCAL, André. Neoliberalismo vive fase autoritária pois concentra renda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/neoliberalismo-vive-fase-autoritaria-pois-concentra-renda/>. Acesso em: 11 set. 2019.

CASTRO, Ramón Peña. O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 3, p. 717-720, set./dez. 2014.

DANTAS, Jéferson. **Competências e habilidades e a formação docente no contexto das leis 5.692/1971 e 9.394/1996 em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: CBJE, 2009.

DANTAS, Jéferson Silveira. O que almeja o Movimento Escola sem Partido? In: TRICHES, Jocemara; LOTTERMANN, Josimar; CERNY, Roseli Zen (orgs.). **Os rumos da Educação e as (contra)reformas: os problemas educacionais do Brasil atual**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2019a. p. 108-118.

DANTAS, Jéferson Silveira. A base nacional comum curricular e seus impactos no trabalho e na formação docente das escolas públicas da Educação Básica. *Sobre Tudo*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.47-69, 2019b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A fábrica do sujeito neoliberal. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 321-376.

DIP, Andrea. *Em nome de quem?* a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.4 [78], p.906-926, out./dez. 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. A falência da democracia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 09 set. 2001. Mais!

LAURINDO, Jean. Governo de SC começa a discutir retirada do termo identidade de gênero do currículo da Educação. **NSC total**, [Florianópolis], set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/governo-de-sc-comeca-a-discutir-retirada-do-termo-identidade-de-genero-do-curriculo-da>. Acesso em: 09 set. 2019.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MARCHESAN, Ricardo. Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho, diz sociólogo. **UOL: empregos e carreiras**, São Paulo, set. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação. In: SOUZA, Ana Lúcia Silva et.al. **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 5-6.

SILVA, Márcio Magalhães da. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 170 f. 2015. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 4 ed. Traduzido por Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. 4 ed. Traduzido por Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Recebido em: 18/09/2019

Aprovado em: 14/05/2020

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 21 - Número 45 - Ano 2020

revistapercursos@gmail.com